



CIDADE PARA AS CRIANÇAS: ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Juliana Trindade Gomes, Patrícia Olini Bruder

Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Bolsista PIBIC/ICETI- UniCesumar. juutrindadeg@gmail.com
Orientadora, Mestre, Docente no Curso de Arquitetura e Urbanismo, UNICESUMAR. Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. patricia.olini@unicesumar.edu.br

RESUMO

A crescente urbanização brasileira reduziu a presença espontânea das crianças nas ruas, transformando antigos espaços de convivência em ambientes hostis ao brincar. Há cerca de duas décadas, era comum que as crianças jogassem bola, subissem em árvores ou brincassem de pega-pega nas calçadas, enquanto hoje o medo da violência e o predomínio do automóvel restringem a mobilidade infantil. Este trabalho investiga estratégias de participação das crianças na transformação do espaço urbano, analisando iniciativas nacionais e internacionais que incorporam a escuta ativa da infância em políticas e projetos urbanos. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica, análise documental e estudo de casos, utilizando a técnica de análise de conteúdo. Experiências como o programa Mais Vida nos Morros (Recife), o Comitê das Crianças de Jundiá e propostas de “ruas de brincar” demonstram que a participação infantil pode gerar soluções inovadoras, como feiras semanais em vias fechadas, com brinquedos portáteis e atividades familiares. Espera-se sistematizar diretrizes que orientem arquitetos, urbanistas e gestores públicos na criação de cidades mais democráticas, seguras e lúdicas, reconhecendo as crianças como agentes de transformação.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço público; Protagonismo Infantil; Participação Popular.

1 INTRODUÇÃO

As cidades contemporâneas, marcadas por uma lógica adultocêntrica e pela priorização do automóvel, reduziram significativamente o espaço de convivência infantil. Há vinte anos, era comum que as ruas funcionassem como extensão do quintal doméstico, favorecendo jogos, interação comunitária e autonomia das crianças. Hoje, o aumento do tráfego, a insegurança e a fragmentação dos espaços urbanos limitam a circulação e o brincar, restringindo o “território infantil”, entendido como o alcance de mobilidade independente da criança (Child in the city, 2025). Essa perda de autonomia é agravada por políticas urbanas que privilegiam a eficiência viária em detrimento da permanência e do encontro.

Pesquisadores como Sarmiento (2005), Corsaro (2011) e Tonucci (2023) defendem que a infância deve ser reconhecida como sujeito social ativo, com direito não apenas ao acesso, mas também à participação nas decisões sobre a cidade. O conceito de “direito à cidade”, formulado por Lefebvre (2001), reforça que o espaço urbano é um bem coletivo que deve ser apropriado democraticamente por todos os cidadãos, inclusive as crianças. A nova sociologia da infância (James; Prout, 1997) enfatiza que as crianças produzem cultura, constroem relações e possuem saberes próprios, sendo capazes de contribuir de forma criativa e crítica para a transformação do território.

A ausência da infância nos processos de planejamento urbano não é apenas uma questão de exclusão simbólica, mas um obstáculo ao desenvolvimento de cidades mais seguras, inclusivas e saudáveis. Reconhecer a criança como agente de transformação implica não apenas criar espaços acessíveis, mas também permitir que suas vozes influenciem projetos, planos diretores e políticas públicas. Este estudo busca identificar



estratégias de participação infantil que favoreçam cidades mais inclusivas, afetivas e democráticas, promovendo o reencontro entre o espaço urbano e o brincar.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, adequada ao estudo de experiências sociais complexas. A coleta de dados é composta por levantamento bibliográfico, análise documental e estudo de casos publicados em fontes acadêmicas e institucionais. A revisão bibliográfica utiliza autores fundamentais, como Sarmiento (2005), Corsaro (2011), Tonucci (2023) e Silva et al. (2024), que discutem o direito da criança à cidade, o urbanismo participativo e as dimensões sociológicas da infância. Estudos como o de Luz e Kuhnen (2013) contribuem para compreender o comportamento do brincar em praças públicas e sua relação com a apropriação do espaço urbano.

Além disso, relatórios e materiais disponibilizados por plataformas institucionais, como a Urban95, fornecem exemplos de políticas públicas voltadas para bebês e crianças pequenas, enquanto o programa Mais Vida nos Morros, em Recife, é analisado como caso de referência nacional em participação infantil. A análise documental inclui relatórios de programas municipais, artigos acadêmicos e entrevistas disponíveis em portais especializados (Archdaily 2020; Criança e natureza, 2023).

Para a interpretação dos dados, aplica-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), que permite identificar categorias recorrentes, como escuta, pertencimento, protagonismo e transformação espacial. A triangulação entre diferentes fontes – bibliográficas, documentais e estudos de caso – assegura a consistência metodológica e a validade dos resultados, ampliando a compreensão dos impactos da participação infantil no planejamento urbano.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revisão evidencia que a redução da presença infantil nas ruas decorre de múltiplos fatores: aumento do tráfego de veículos, percepção de insegurança e ausência de políticas públicas que priorizem a infância. Experiências como o Comitê das Crianças **de Jundiá** demonstram que a participação infantil influencia diretamente o planejamento urbano, incorporando demandas por calçadas acessíveis, praças seguras e mobilidade ativa. Iniciativas internacionais, como as Play Streets, mostram que o fechamento temporário de ruas para brincadeiras melhora a saúde das crianças, fortalece vínculos comunitários e amplia a vitalidade urbana. Entre as estratégias identificadas, destaca-se a proposta de feiras infantis semanais, nas quais a prefeitura fecha ruas de referência para atividades lúdicas e instalação de brinquedos portáteis, criando ambientes familiares que resgatam o caráter social da rua. Tais práticas reafirmam o direito à cidade e a importância de ouvir a infância para desenvolver políticas inclusivas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS



A análise reforça que cidades mais amigáveis à infância dependem da incorporação efetiva das crianças nos processos de planejamento urbano. A escuta ativa e a experimentação de espaços, como feiras e ruas de brincar, favorecem a autonomia infantil, o fortalecimento comunitário e a requalificação dos espaços públicos. Ao resgatar a rua como lugar de encontro, lazer e aprendizado, essas estratégias também contribuem para reduzir desigualdades, fortalecer vínculos de vizinhança e aumentar a sensação de segurança.

Esperam-se, como resultados, diretrizes que orientem arquitetos, urbanistas e gestores públicos na criação de ambientes urbanos mais democráticos, seguros e saudáveis, valorizando a presença das crianças como agentes de transformação. Ao reconhecer a infância como cidadã plena, torna-se possível construir cidades que não apenas acolhem, mas também aprendem com suas crianças, garantindo que o direito à cidade seja vivido em sua totalidade por todas as gerações.

REFERÊNCIAS

Child in the city. 2025

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

JAMES, A.; PROUT, A. *Constructing and reconstructing childhood*. 2. ed. London: Falmer Press, 1997.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LUZ, S. R.; KUHNEN, A. **O uso dos espaços urbanos pelas crianças: explorando o comportamento do brincar em praças públicas**. *Psicologia em Estudo*, v.18, n.1, p.71-79, 2013.

SARMENTO, M. J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade**. *Educ. Soc.*, v.26, n.91, p.361-378, 2005.

SILVA, E. F. et al. **Direito da criança à cidade: reconstrução teórica e aplicação em contextos urbanos diversificados**. *URBE*, ahead of print, 2024.

TONUCCI, F. **Uma cidade das crianças é amigável a todos**. Instituto Alana – Criança e Natureza, 2023.